



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Secretaria dos Órgãos Colegiados**

**RESOLUÇÃO Nº 121/ 2016 CPJ MP MT**

**Define, *ad referendum*, a escala de substituição das 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª e 27ª Promotorias de Justiça do Núcleo de Atuação Judicial Criminal da Entrância Especial – Comarca da Capital.**

**O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições legais conferidas na letra f, inciso XII do art. 16 c/c art. 42 da Lei Complementar 416 de 22 de dezembro de 2010 que atribui ao Colégio de Procuradores competência para aprovar propostas de organização e funcionamento das Promotorias de Justiça e,

**Considerando** a necessidade se assegurar a continuidade dos serviços em casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição;

**RESOLVE, *ad referendum*:**

**Art. 1º** Acrescentar ao art. 11 - Disposições Finais da Resolução nº 104/2015 CPJ, os §§1º, 2º e 3º e, definir a escala automática de substituição das 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª e 27ª Promotorias de Justiça do Núcleo de Atuação Judicial Criminal da Entrância Especial – Comarca da Capital:

**§1º** Os Promotores(as) de Justiça que integram o Núcleo de Atuação Judicial Criminal da Entrância Especial – Comarca da Capital (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª e 27ª) se substituem na ordem crescente das promotorias, independente da área atribuição, sendo que a 27ª substitui a 6ª.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Secretaria dos Órgãos Colegiados**

**§2º** O Promotor de Justiça que assumir mais de uma substituição, comunicará o fato imediatamente ao Procurador Geral de Justiça e aguardará, no exercício da substituição assumida, a designação de substituto.

**§3º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Geral de Justiça

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Cuiabá, 5 de maio de 2016.

**Paulo Roberto Jorge do Prado**  
Procurador-Geral de Justiça

namh *Referendada na reunião ordinária do CPI, realizada em 02/06/2016.*